



## DESTAQUE

### Câmara Municipal debate diretrizes para a execução da Lei Orçamentária para 2021

Pág. 2

A Câmara Municipal de Jandira aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 22/20, bem como sua emenda modificativa, durante a 11ª Sessão Ordinária...



**02** Câmara aprova projeto sobre as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária para 2021



**06** Vereador quer farmácia 24h na UPA



**05** Vereador pede troca do telhado do Teatro Municipal Luiz Gonzaga

Vereador reivindica retorno de atividades na área da Saúde

**03** Sessão Extraordinária acontece na Câmara Municipal de Jandira  
Coronavírus - proposituras relativas ao tema são aprovadas na 12ª Sessão Extraordinária da Câmara

**07** Requerimento cobra esclarecimentos sobre a compra de máscaras N95 em Jandira  
Vereador sugere parceria para diagnosticar a COVID-19

**08** Requerimento recomenda implantação de Consultório Virtual da Família em Jandira

**04** Parlamentar indica a pavimentação de ruas no Parque Santa Tereza  
Requerimento defende medida de combate à COVID-19





## Câmara aprova projeto sobre as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária para 2021

Na ocasião, os parlamentares barraram nova alíquota de contribuição previdenciária aos servidores municipais



A Câmara Municipal de Jandira aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 22/20, bem como sua emenda modificativa, durante a 11ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de junho de 2020. A matéria, remetida à Casa pela Prefeitura, estabeleceu as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária anual, abordando ainda as alterações na legislação tributária do município. Além desses aspectos, o texto trouxe em anexo as chamadas Metas Fiscais para as receitas, despesas, resultado primário e montante da dívida pública para os três exercícios seguintes, em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em mensagem de lei, o prefeito Paulo Fernando Barufi da Silva (PTB) salientou a importância do tema: “a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivo estabelecer as diretrizes, prioridades e metas da administração, orientando a elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro, formado pelos

orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizando as políticas, objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual e as ações previstas nos orçamentos para sua consecução, promovendo em prazo compatível um debate sobre a ligação e a adequação entre receitas e despesas públicas e as prioridades orçamentárias”.

Uma semana antes, nos dias 25 e 26 de junho de 2020, a matéria já havia sido discutida em duas audiências públicas, respeitando o devido processo democrático. Devido ao avanço da COVID-19 na região, as audiências foram realizadas sem a presença do público em plenário. Entretanto, a população pôde acompanhar tudo ao vivo pela TV Câmara Jandira (canal 31.2 da Multimídia TV), pela página da Câmara no Facebook e pelo seu canal oficial no YouTube, além de ter acesso garantido à íntegra dos vídeos pelo site <http://camarajandira.sp.gov.br>.



## Sessão Extraordinária acontece na Câmara Municipal de Jandira

*Na ocasião, os parlamentares barraram nova alíquota de contribuição previdenciária aos servidores municipais*

A Câmara Municipal de Jandira realizou, no dia 1º de abril de 2020, a 11ª Sessão Extraordinária para votar projetos de lei encaminhados ao Legislativo pela Prefeitura Municipal. O Projeto de Lei Complementar 09/19, por exemplo, pretendia instituir nova alíquota de contribuição previdenciária aos servidores públicos municipais, que passaria de 11 para 14%. A matéria, entretanto, foi reprovada pelos 12 vereadores presentes.

Outras duas proposições foram aprovadas por unanimidade. O Projeto de Lei Complementar 02/20 abordava a criação de cargos de provimento efetivo e funções de confiança no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). “Considerando o atual cenário de

pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 (que causa a COVID-19) é urgente a tomada de ações governamentais no sentido de garantir o pleno funcionamento e a rigorosa organização dos equipamentos públicos de saúde, em termos de recursos materiais e/ou humanos”, defendeu o texto.

Por sua vez, o Projeto de Lei 15/20 tratou da concessão de subvenção mensal à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) Jandira. O repasse anual a ser celebrado pela Prefeitura totaliza R\$82.928,64 e visa à manutenção de projetos de auxílio às pessoas com deficiência e suas famílias.



## Coronavírus: proposições relativas ao tema são aprovadas na 12ª Sessão Extraordinária da Câmara

*Sem a presença do público para evitar aglomerações, os parlamentares votaram projetos de lei encaminhados pela Prefeitura*

A Câmara Municipal de Jandira realizou, no dia 23 de abril de 2020, a 12ª Sessão Extraordinária para votar três projetos de lei encaminhados pela Prefeitura Municipal ao poder legislativo. Na ocasião, todas as matérias foram discutidas e aprovadas por unanimidade pelos parlamentares.

O Projeto de Lei 18/20 abordou a alteração na Lei Nº 2.286, de 20 novembro de 2019. O texto acrescentou o inciso V ao artigo 7º, que prevê 20% da despesa total fixada, constante do artigo 4º da Lei, para atendimento das ações de saúde. “Considerando a previsão de aumento exponencial de casos de pacientes infectados pelo coronavírus com sintomas da COVID-19, e a necessidade de prepararmos a rede pública municipal de saúde para o atendimento destes pacientes”, foi como o Executivo justificou a mudança.

Por sua vez, o Projeto de Lei 19/20 também demonstrou preocupação com os efeitos do avanço da pandemia no município. A matéria pretende autorizar a distribuição de gêneros alimentícios em substituição à merenda escolar aos pais ou responsáveis dos estudantes matriculados nas escolas municipais, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão da

situação de emergência ou calamidade pública. Para tanto, a Prefeitura considerou “a situação excepcional decorrente da pandemia da COVID-19, de relevância mundial, que ensejou a suspensão das aulas e a necessidade de criar mecanismos para garantir aos alunos o acesso à merenda escolar”.

Finalmente, o Projeto de Lei 20/20 tratou da criação de cargos de provimento temporário. “O projeto de lei visa garantir o direito a todos de acessar o sistema público municipal de saúde, propiciando a contratação temporária de profissionais para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Diante da sobrecarga demasiada, o sistema poderá entrar em colapso se medidas urgentes não forem tomadas”, defendeu o poder executivo em mensagem de lei.

A proposição tem o intuito de criar os seguintes cargos de provimento temporário: 200 cargos de enfermeiro e 250 cargos de técnico de enfermagem do Sistema Municipal de Saúde, além de 20 cargos de cozeiro. Tais contratações devem ser realizadas por tempo determinado mediante processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público, pelo prazo de seis meses, admitindo-se uma única prorrogação.

## Parlamentar indica a pavimentação de ruas no Parque Santa Tereza

*Em outro documento, Luciano Barbieri também pediu serviços de infraestrutura para a Vila Eunice*

Na 9ª sessão ordinária, ocorrida em 12 de maio de 2020, o vereador Luciano Antonio Barbieri (PTB) colocou o requerimento 86/20, no qual sugeriu à Prefeitura a realização do serviço de reforma da pavimentação (raspagem e recapeamento) das ruas Palmeira d'Oeste e Santo André, no Parque Santa Tereza. “Tal solicitação se faz necessária para atender ao apelo dos munícipes que utilizam aquelas vias e sofrem pelo péssimo estado de conservação da pavimentação”, defendeu.

Já o documento 87/20 requisitou a contratação de empresa para a realização do serviço de infraestrutura e pavimentação do trecho de 42 metros da Rua Odilon Côrrea Pires, na Vila Eunice. O parlamentar afirmou que a solicitação atende ao apelo dos munícipes que utilizam a via e sofrem com os buracos e o acúmulo de lama, causados pelas águas da chuva. Os cidadãos apontam ainda, segundo Barbieri, que a poeira no lugar é constante, trazendo insalubridade à população.



## Requerimento defende medida de combate à COVID-19

*Documento assinado por todos os vereadores exigiu adequação de prédio para a instalação de um Hospital de Campanha no município*



A Câmara Municipal de Jandira aprovou por unanimidade o requerimento 90/20 na 9ª sessão ordinária, dada em 12 de maio de 2020. O documento indica a adequação do antigo prédio do Hospital Municipal de Jandira para que no local seja instalado um Hospital de Campanha, destinado ao atendimento de possíveis pacientes da COVID-19.

Os parlamentares alegaram que o município deve se preparar

para o atendimento e tratamento dos munícipes que possam se infectar com o novo coronavírus, que tem atingido toda a humanidade. “Tal ação com certeza salvará vidas, o maior bem que possuímos”, arrematou o texto.

Colocado a princípio pelo vereador Marcos Danilo de Sousa (PTB), o Markinhos, e pelo presidente Rogério Batista da Silva (PTB), o documento foi subscrito, durante a sessão, pelos demais parlamentares depois de pedido do próprio presidente.

A propositura tem o intuito de criar os seguintes cargos de provimento temporário: 200 cargos de enfermeiro e 250 cargos de técnico de enfermagem do Sistema Municipal de Saúde, além de 20 cargos de coveiro. Tais contratações devem ser realizadas por tempo determinado mediante processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público, pelo prazo de seis meses, admitindo-se uma única prorrogação.



## Vereador pede troca do telhado do Teatro Municipal Luiz Gonzaga

*Wanderlei Pato aproveitou o mesmo requerimento para sugerir ainda a construção de um camarim com banheiro no local*



O requerimento 83/20, elaborado pelo vereador Wanderlei Lopes dos Reis (PTB), o Wanderlei Pato, foi apresentado na 9ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Jandira, no dia 12 de maio de 2020. O texto solicitou à Prefeitura a troca do telhado da parte superior do Teatro Municipal Luiz Gonzaga, bem como a construção de um camarim com banheiro no local. Como justificativa, o parlamentar considerou a suspensão recorrente de aulas e eventos por conta de problemas de vazamento e superaquecimento no prédio.

Outro documento colocado por Wanderlei Pato na ocasião foi o de número 84/20, no qual pediu a restauração do piso (pavimentação ou concretagem) na Viela Santo André, também conhecida como Viela 198, no Parque Santa Tereza. “Reenviamos tal solicitação para a plena satisfação dos munícipes, que nos procuraram em relação à dificuldade de infraestrutura e serviço urbano precário na viela, para que seja feita a concretagem ou pavimentação asfáltica, dando mais segurança e condições dignas de uso para a população”, explicou.

## Vereador reivindica retorno de atividades na área da Saúde

*Dentre os serviços essenciais, Véinho elencou exames de ultrassonografia e atendimentos psiquiátricos*

A Câmara Municipal de Jandira aprovou o requerimento 91/20, redigido pelo vereador Josenildo Ribeiro de Freitas (PL), o Véinho, durante a 9ª sessão ordinária, realizada em 12 de maio de 2020. Nele, Véinho pediu à Prefeitura, em caráter de extrema urgência, o retorno das atividades essenciais na área da Saúde, como o ultrassom e os atendimentos psiquiátricos, dentre outros serviços. O parlamentar argumentou que o quadro de saúde dos pacientes tende a se agravar devido à demora na realização de exames e consultas.

Outra preocupação de Véinho foi em relação ao ensino à distância no município. Por intermédio do requerimento 92/20, ele cobrou a elaboração de apostilas ou a disponibilização de atividades pedagógicas já impressas nas secretarias das escolas municipais, para que todos os pais possam ter acesso às tarefas dos filhos. “Muitas famílias têm me procurado informando que não têm acesso à Internet em suas residências, condição financeira para pagar pelas impressões nas papelarias, tampouco um computador com impressora para que possam acompanhar as atividades dos seus filhos”, desabafou em texto.



## Parlamentar reivindica isenção de taxa de iluminação pública

*Medida contemplaria contribuintes cujo consumo fosse igual ou inferior a 220 kWh/mês, além de indústrias e comércios locais afetados pela pandemia*



A Câmara Municipal de Jandira aprovou o requerimento 97/20, redigido pelo vereador Rodrigo Francisco Rosa de Jesus Felipe (Avante), o “Bilisca da Feira”, em 23 de junho de 2020 durante a 10ª sessão ordinária. O documento pediu, com a máxima urgência, o encaminhamento de Projeto de Lei do Poder Executivo, autorizando a isenção do pagamento da taxa de contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública (CIP).

O parlamentar remeteu, inclusive, um Anteprojeto de Lei ao prefeito Paulo Fernando Barufi da Silva (PTB), detalhando os critérios para obtenção da isenção mencionada. O texto planeja contemplar contribuintes vinculados a unidades consumidoras enquadradas na tarifa social de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 22 kWh/mês, além de indústrias e comércios locais que foram afetados pela pandemia. “Para receber a isenção, a unidade consumidora deverá estar devidamente cadastrada na Concessionária de Energia Elétrica”, frisa o Anteprojeto.

Também de autoria de Bilisca da Feira, o requerimento 95/20 propôs a implantação de sinalização refletiva na Rua Francisco de Barros Cobra, entre os números 350 e 380, no Jardim Nossa Senhora de Fátima. Ele argumentou que essa é uma demanda dos moradores da região, uma vez que muitos veículos passam no local em alta velocidade, colocando em risco a integridade física das pessoas que transitam na via.

## Vereador quer farmácia 24h na UPA

*Para Franklin Venancio, medida facilitaria o acesso da população aos medicamentos*



O requerimento 99/20, elaborado pelo vereador Franklin Venancio da Silva Netto (PTB), passou pela Câmara Municipal de Jandira na 10ª sessão ordinária, realizada em 23 de junho de 2020. Nele, o parlamentar solicitou à Prefeitura, em caráter de extrema urgência, a instalação de uma “farmácia 24 horas” dentro da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Jandira.

Franklin explicou que a maior parte dos medicamentos prescritos pelos médicos já é fornecida pelas Unidades Básicas de

Saúde (UBS), porém o horário de funcionamento de tais unidades é mais restrito – de segunda a sexta-feira até às 17h. Em plenário, o parlamentar defendeu: “Se a gente disponibilizasse na UPA uma farmácia 24 horas, todos os dias, a pessoa poderia passar no médico, ser diagnosticada e sair com o remédio direto da UPA. Isso traria mais saúde para a população”. Em síntese, a adoção da “farmácia 24 horas” ampliaria o acesso da população aos medicamentos.



## Vereador sugere parceria para diagnosticar a COVID-19

*Luciano Barbieri apontou que fundação vinculada à USP já utiliza inteligência artificial em imagens de raio-X para identificar casos da doença*



Na 10ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Jandira, dada em 23 de junho de 2020, o vereador Luciano Antônio Barbieri (PTB) apresentou dois requerimentos. Ambos foram aprovados e seguiram para a análise do prefeito Paulo Fernando Barufi da Silva (PTB).

No primeiro documento, de número 93/20, o parlamentar requisitou a implantação de convênio junto à Fundação Instituto de Administração (FIA), instituição ligada à Universidade de São Paulo (USP). A parceria pretende garantir ao município a obtenção de suporte ao diagnóstico da COVID-19, com o uso de raio-X e inteligência artificial.

A falta de testes diagnósticos e de equipamentos de tomógrafo justificou o pedido. “Algumas prefeituras do Estado de São Paulo descobriram que a USP, por intermédio da FIA (Fundação Instituto de Administração), desenvolveu um software que tem eficácia de 97% para identificar se a pessoa tem a COVID-19. Hoje, na maioria dos municípios, há testes insuficientes de PCR ou não há máquinas de tomógrafo. [...] É um software gratuito que está sendo disponibilizado para todas as prefeituras, basta a prefeitura pedir. Ele é colocado na máquina de raio-X e tem o mesmo efeito de

uma tomografia”, esclareceu Barbieri.

Por sua vez, o requerimento 98/20 aconselhou que a Unidade Básica de Saúde do Parque Santa Tereza passe a se chamar Maria Nazaré Gomes de Sousa, em homenagem a uma das primeiras moradoras do bairro, falecida em 2019. “Dona Nazaré, com seu trabalho e sua bondade, teve grande contribuição para o crescimento local. Ressaltamos o seu serviço e entrega na Igreja Católica, acolhendo e ajudando centenas de famílias necessitadas, sendo para elas uma referência”, argumentou Barbieri.

## Requerimento cobra esclarecimentos sobre a compra de máscaras N95 em Jandira

*Exercendo a função fiscalizatória, os vereadores requisitaram à Prefeitura informações mais detalhadas sobre o assunto*



A Câmara Municipal de Jandira aprovou o requerimento 101/20 durante a 10ª sessão ordinária, acontecida em 23 de junho de 2020. O documento, que seguiu para as mãos do prefeito Paulo Fernando Barufi da Silva (PTB), foi assinado pelos vereadores Silvir Soares de Brito (PSDB), o “Silvio Cabeleireiro”, e Antonio dos Santos Oliveira (PSDB), o “Toninho Amizade”. Os parlamentares exigem que a Prefeitura encaminhe à Casa de Leis

documentos que esclareçam as notícias recentes publicadas pela imprensa, relativas à compra de máscaras cirúrgicas N95 para o município. “No uso de nossas prerrogativas legais e exercendo a função de fiscalizadores do erário público, requeremos as informações supramencionadas para análise dos questionamentos levantados sobre superfaturamento na aquisição”, justificou o texto.



## Câmara Municipal demanda esclarecimentos sobre o próximo semestre letivo

*Requerimento sobre o assunto foi submetido pelo vereador Véinho na 11ª sessão ordinária e teve a aprovação dos outros parlamentares*



O vereador Josenildo Ribeiro de Freitas (PL), o “Véinho”, colocou o requerimento 107/20 durante a 11ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Jandira. Aprovado pelos demais pares, o documento demonstrou à Prefeitura preocupação com o andamento do segundo semestre letivo da rede pública municipal de ensino.

Nele, Véinho indagou o prefeito Paulo Fernando Barufi da Silva (PTB) sobre os procedimentos a serem adotados no próximo semestre. Aproveitou para questionar, por exemplo, se uma plataforma digital será desenvolvida, quais as estratégias da Secretaria da Educação para a realização de atividades pedagógicas não presenciais e o que está sendo feito, durante o período de quarentena, para amenizar o impacto da falta do ensino presencial.

“Nós temos que zelar pelas crianças, não podemos perder o ano letivo. Esse atraso [na Educação] atrapalha a nossa cidade, o nosso País e o desenvolvimento de nossas crianças”, desabafou em plenário. Como justificativa, o parlamentar enfatizou a necessidade de esforço do poder público na elaboração de um planejamento de volta às aulas, gradual e articulado entre diferentes setores – como educação, saúde e assistência social.



## Vereador quer plano de carreira para a GCM

*Michel Viana cobrou projeto de lei do Executivo regulamentando um plano de cargos e carreira para a instituição*

O requerimento 108/20, escrito pelo vereador Michel de Oliveira Viana (PMN), foi aprovado durante a 11ª sessão ordinária da Câmara de Jandira, dada em 30 de junho de 2020. O documento indicou que a Prefeitura encaminhasse, em caráter de urgência, um Projeto de Lei a fim de regulamentar o plano de cargos e carreira para a Guarda Civil Municipal de Jandira.

De acordo com o parlamentar, a implementação do plano pode motivar e estimular a produtividade dos guardas. “Também é uma forma de reconhecer os profissionais que atuam arduamente e que todos os dias dedicam sua vida à proteção dos bens, serviços e instalações no município, bem como à realização do policiamento preventivo e comunitário, que tanto tem auxiliado a sociedade jandirense”, pontuou.

## Requerimento recomenda implantação de Consultório Virtual em Jandira

*Franklin Venancio quer que parceria com o Governo Federal seja firmada, garantindo a adoção do programa no município*



No dia 30 de junho de 2020, o vereador Franklin Venancio da Silva Netto (PTB) apresentou o requerimento 102/20, no qual requisitou a implementação do programa Consultório Virtual da Saúde da Família, em parceria com o Governo Federal.

O parlamentar explicou que o Consultório Virtual é uma ação conjunta entre a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) e o Hospital Albert Einstein, por intermédio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS). “A ferramenta online servirá para que os profissionais de saúde consigam fazer teleconsultas, dando continuidade ao cuidado de pacientes com hipertensão e diabetes, entre outras condições, de forma ágil, cômoda e segura”, defendeu.

A iniciativa tem sido uma das estratégias adotadas Ministério da Saúde para diminuir a propagação do novo coronavírus, levando a assistência à população e, concomitantemente, desenvolvendo soluções em telemedicina.